

DF-Brasília

# EM BUSCA da sobrevivência

PROJETO DE LEI VAI DEFINIR REGRAS PARA OCUPAR ÁREAS PÚBLICAS E TIPO DE COMÉRCIO PERMITIDO EM CADA LOCAL

ELISA TECLER

DA EQUIPE DO CORREIO

O movimento nos quiosques mais populares do Distrito Federal é intenso dia e noite. Para atender a demanda, os proprietários dos pontos colocam mesas e cadeiras onde houver espaço, geralmente em calçadas ou jardins. No Setor Hospitalar Sul (SHS), no fim da Asa Sul, algumas lanchonetes irregulares se estendem até a beira da rua e bloqueiam a passagem de pedestres. O passeio público recebe azulejos ou tinta e vira um refeitório improvisado.

Aparecido José da Silva, 45 anos, é dono do S.O.S. Lanches, uma das maiores barracas de alimentos do SHS. O estabelecimento foi montado próximo ao Hospital Santa Lúcia, em 1986, e está sem autorização para funcionar desde 2001. Aparecido havia conseguido

duas autorizações da Administração Regional de Brasília, uma em 1997 e outra em 1999, cada uma com validade de dois anos.

“Esse é meu meio de sobrevivência. Estamos inseguros porque não podemos ficar sem trabalhar. Se fecharem o quiosque vou à falência e meus 15 funcionários ficam desempregados”, reclamou Aparecido. Ele participou do último recadastramento realizado pela administração local e paga as taxas exigidas, mas conta que já pagou diversas multas por manter o quiosque aberto.

A intenção do governo local é regularizar a situação dos quiosques e trailers do DF. Um projeto de lei que define regras para a ocupação da área pública e venda

de alimentos deve ser concluído e encaminhado à Câmara Legislativa no próximo ano, de acordo com a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (Seduma). O documento deve determinar como serão distribuídos os pontos comerciais, o espaço que pode ser ocupado por eles e os tipos de produto que podem ser vendidos.

## Concorrência

“Depois de conversas entre as secretarias, chegamos a uma posição de que é possível regularizar

os quiosques, desde que haja certos parâmetros”, explicou o secretário de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania, Raimundo Ribeiro. Por enquanto, duas alternativas estão sendo consideradas para distribuir os quiosques. A primeira é fazer a licitação logo após a aprovação da lei. A outra seria manter os

pontos nas mãos dos donos atuais por dois ou três anos, e só depois abrir a concorrência pública.

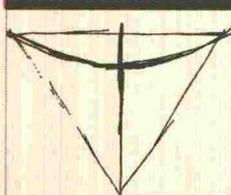
As novas regras devem exigir certa distância entre o comércio informal e as lojas para não alimentar a concorrência. Além disso, algumas áreas em estudo podem ser consideradas impróprias para o comércio e em outras será proibida a venda de determinados produtos. “Permitir que alguém

venda cerveja a poucos metros de uma escola não é recomendável, por exemplo”, explicou o secretário. O projeto de lei compreenderá todos os quiosques, trailers, carrocinhas e reboques. “Queremos resolver essa situação e estabelecer normas para o futuro”, afirmou Raimundo Ribeiro.

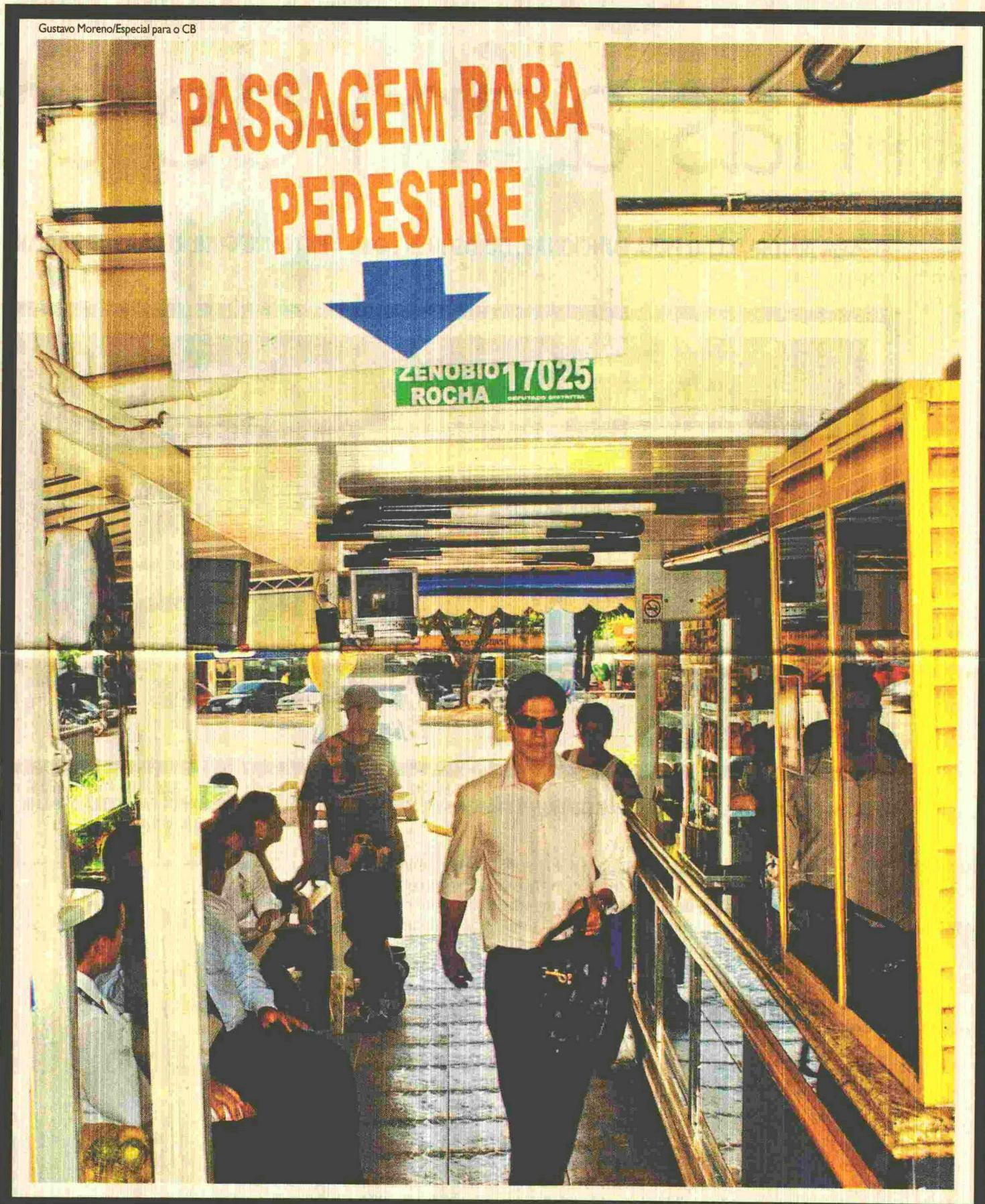
Estamos inseguros porque não podemos ficar sem trabalhar. Se fecharem o quiosque vou à falência e meus 15 funcionários, que se revezam durante 24 horas, ficam desempregados”

Aparecido José da Silva, dono de quiosque no Setor Hospitalar Sul

BRASÍLIALEGAL



Gustavo Moreno/Especial para o CB



LANCHONETES IMPROVISADAS OCUPAM ESPAÇOS DESTINADOS A PEDESTRES NO SETOR HOSPITALAR SUL: VIAS E CALÇADAS TOMADAS PELO COMÉRCIO